



DADOS DE ÁFRICA (S)

ISSN: 2675-7699

Vol. 02 | Nº. 4 | Ano 2021

INTERESSES COMERCIAIS NA COSTA DA MINA PARA A CONSTRUÇÃO DA FORTALEZA PORTUGUESA DE AJUDÁ: UMA ANÁLISE DE “FLUXO E REFLUXO” DE PIERRE VERGER (SÉCULOS XVII-XVIII)

COMMERCIAL ISSUES ABOUT THE CONSTRUCTION OF THE PORTUGUESE FORT OF AJUDÁ IN THE COSTA DA MINA: AN ANALYSIS OF PIERRE VERGER'S “FLOW AND REFLUX” (17TH-18TH CENTURIES)

Moisés Corrêa F. da Silva

RESUMO: Este artigo pretende elucidar as razões econômicas e os eventos históricos que poderiam explicar a construção da fortaleza de São João Batista em Ajudá pelos portugueses no ano de 1721, buscando refletir sobre as influências africanas e europeias na história da fortificação. Para isso, tomaremos um trecho da obra “Fluxo e Refluxo” de Pierre Verger como fonte para a análise das hipóteses que fizeram com que a fortificação fosse edificada. Neste processo, dialogaremos com o estudo de Verger e com as perspectivas de trabalhos da historiografia contemporânea, cotejando-os de forma teórica, e realizando uma crítica aos processos de construção da narrativa que o pesquisador francês realizou através das fontes que foram recolhidas por ele ao longo de sua pesquisa.

PALAVRAS-CHAVE: História da África; Tráfico de Escravizados; Ajudá

ABSTRACT: This article intends to elucidate the economic reasons and the historical events that could explain the construction of the São João Batista fortress in Ajudá by the Portuguese in the year 1721, seeking to reflect on the African and European influences in the history of the fortification. For this, we will take an excerpt from the work “Flow and Reflux” by Pierre Verger as a source for the analysis of the hypotheses that caused the fortification to be built. In this process, we will dialogue Verger's study with the perspectives of works of contemporary historiography, comparing them theoretically and making a critique of the narrative construction processes that the French researcher carried out through the sources that were collected by him throughout his search.

KEY WORDS: History of Africa; Slave Trade; Ouidah.

Site/Contato

Editores

Rodrigo Castro Rezende
rodcastrorez@gmail.com

Ivaldo Marciano de França Lima
ivaldomarciano@gmail.com

Cinthia Nolácio de Almeida Maia
cinthianolacio@yahoo.com.br

INTERESSES COMERCIAIS NA COSTA DA MINA PARA A CONSTRUÇÃO DA FORTALEZA PORTUGUESA DE AJUDÁ: UMA ANÁLISE DE “FLUXO E REFLUXO” DE PIERRE VERGER (SÉCULOS XVII-XVIII)

MOISÉS CORRÊA FONSECA DA SILVA ¹

INTRODUÇÃO

Quem foi à feira de São Joaquim à beira da Bahia de Todos os Santos, na cidade de Salvador, já se deparou com um universo gastronômico, misterioso e ancestral. As ruas deste comércio popular sempre estiveram repletas de produtos de longos séculos de existência. Dentre os corredores, há especiarias, trabalhos com palha e itens de alimentação que compõem os famosos pratos da Bahia. Em paralelo, víamo-nos em diálogo com elementos da África em sua dimensão diaspórica e de elementos da construção do mundo atlântico. Não foi ao acaso que os devotos de religiões de matriz afro frequentaram o local em busca de produtos a serem utilizados nos fundamentos dos ritos, sobretudo, dos candomblés.

A presença da religiosidade como traço de manutenção e resistência se firmou no espaço à margem da Bahia de Todos os Santos. Itens que fizeram parte do comércio, desde as primeiras conexões com o lado africano do Atlântico, se tornaram presentes como mercadorias que despertaram os entrelaces que a Cidade da Bahia fez emergir em seu entorno. Um desses artefatos foi o fumo de rolo. Em muitos estandes da feira, ele pôde ser exposto em tamanhos diferentes e ganhou grande interesse da população que circulava nas vielas do grande mercado.

O entroncamento que a feira de São Joaquim nos ofereceu fez parte de um intercâmbio que surgiu da encruzilhada atlântica enquanto espaço comercial do tráfico de escravizados. Pensando acerca da ideia trazida por Luiz Antonio Simas quando falava do terreno das ruas, o espaço nessa concepção nos levou a caminhos diversos daqueles que os lugares privados foram capazes de fazer emergir. Eles emanaram a ancestralidade, a religiosidade e a cultura popular dos subalternizados (SIMAS, 2019, p. 10). O Atlântico, em certa medida, também seguiu esta linha. Podemos dizer que uma rua desembocava em mar quando falávamos da feira de São Joaquim. A cruz de caminhos conduziu-nos ao mundo atlântico do passado, a partir do fumo de rolo que a Bahia ofereceu, em seu trato, desde o século XVII em busca do “resgate dos negros”² africanos na Costa da Mina, onde a cidade de Ajudá ficava situada.

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História Social/UFRJ, E-mail: moisescfonseca@gmail.com

² Utilizamos esta expressão conforme aparece nas fontes primárias que foram trabalhadas por Pierre Verger (VERGER, 2002). Consideramos que no momento do tráfico, muitos comerciantes e autoridades europeias acreditavam que o que se fazia de fato era um resgate, visto que os africanos possuíam condições primitivas e não cristãs, dando assim legitimidade à escravização.

À luz desse entroncamento estávamos diante de uma construção histórica que perpassou as narrativas acerca do tráfico de escravizados. O fumo que era produzido no Recôncavo da Bahia fora somente o meio para que o interesse se despertasse e houvesse, assim, a necessidade de se incrustar próximo ao litoral da Costa da Mina. A primeira das leituras acerca das relações empreendidas para que houvesse a construção de uma fortaleza por parte dos portugueses em cidades da Costa da Mina foi realizada por Pierre Verger.

Em 1966, Verger – que se tornou um pesquisador clássico para a historiografia sobre o comércio de gente no Atlântico Sul – fez o oceano se conectar de uma forma distinta dos historiadores anteriores, inclusive se diferenciando de muitos africanistas. Buscando compreender a ligação entre a Bahia e a Costa da Mina, ele trouxe aos nossos olhos elementos e fontes que despertaram um enorme interesse que remam para o delta de lugares inéditos historiograficamente ainda na atualidade (VERGER, 2002). Portanto, a aglutinação entre o fumo de rolo enquanto produto que impulsionou as iniciativas dos mercadores baseados na Bahia a partir do século XVII como um instrumento para a construção de uma feitoria será lido através das considerações de Pierre Verger, que neste trabalho se tornou a fonte que fundamentou as primeiras leituras acerca desta temática.

Para tanto, este artigo busca elucidar as razões econômicas, através uso do tabaco, e os eventos históricos, permeados ao processo de oferta do produto; que poderiam explicar a construção da fortaleza de São João Batista em Ajudá pelos portugueses no ano de 1721. Neste exercício, foram consideradas as informações que Verger nos apresentou em “Fluxo e Refluxo”, particularmente no seu primeiro capítulo (VERGER, 2002). Foi necessário igualmente acrescentar, nesta análise, algumas informações relevantes que foram dispostas em um texto que fez parte dos Cadernos de Estudos Africanos, da Escola Prática de Altos Estudos da Sorbonne, publicado em 1964 (VERGER, 1964). O intuito foi de acrescentar algumas informações que não estavam nos textos da primeira obra citada.

Além dessa empreitada, pretende-se ao final, a guisa de considerações finais, fazer uma crítica e uma análise da narrativa construída por Verger a partir das fontes primárias que ele utilizou. Desta maneira, tomou-se a obra do autor como uma fonte e como um trabalho de caráter historiográfico em debate que se inseriu na linha da construção da história acerca da África e do tráfico de escravizados. Assim, conseguimos perceber as lacunas e as necessidades de uma renovação que debates historiográficos contemporâneos na área de História da África geraram ao realizarmos uma comparação com as palavras de Pierre Verger.

Os tratos comerciais que foram estabelecidos pelo autor que nos centralizamos, demonstraram a ligação direta entre a América Portuguesa e a região africana que possuía grande interesse no fumo de rolo fabricado na Bahia. Ao longo do tempo historiográfico, Verger

noticiou não apenas em palavras, porém igualmente em imagens as formas de sociabilidade que a região de Ajudá desempenhava com a cultura brasileira e sua historicidade. Portanto, recorrer ao período de construção desse comércio foi perceber a fabricação da Feira de São Joaquim como espaço dinâmico, plural, histórico.

“Fluxo e Refluxo” em debate: uma fonte para a História da África

Revistar Verger para pensar a importância do tabaco como um elemento de alocação do forte português em Ajudá fez com que o autor se tornasse uma fonte importante que se colocou de frente para a compreensão do processo histórico em questão. O foco de Verger a partir da documentação que ele mesmo trabalhou tem a ver com a diacronia que buscamos elucidar aqui (VERGER, 2002), apesar de não haver ligado o fato da construção da fortaleza ao comércio na dita Costa de maneira direta. A compressão de “Fluxo e Refluxo” enquanto uma documentação que nos ajudou a escrever a História da África no Brasil foi uma viagem, portanto, até nossas interfaces atlânticas.

A obra de Pierre Verger sobre o tráfico de escravizados entre a Bahia e a Costa da Mina foi um trabalho historiográfico volumoso sobre o assunto. Atualmente, outros trabalhos se incorporaram ao leito do curso do rio de sua pesquisa que foi publicada em 1968 originalmente em francês. Verger nos fez perceber as ligações diretas que a região do Recôncavo baiano realizava com a localidade da costa ocidental da África. Passado décadas, águas correram, tomemos aqui “Fluxo e Refluxo” como fonte. A narrativa de Verger sobre o prisma da crítica e da construção de uma história que foi recorrente em revisitações.

Tivemos a intenção de fazer uso das nomenclaturas geográficas e dos personagens históricos assim como apresentados por Pierre Verger mantendo um vínculo com a obra (VERGER, 2002). Assim, podemos considerar o texto-fonte de “Fluxo e Refluxo” como um espaço de consulta onde foi possível localizar os elementos que fizeram parte dessa discussão que travamos aqui. Dando sentido às categorias e aos discursos fornecidos das fontes primárias, tivemos a clareza de que a junção do vocabulário do texto nos serviu como base para as questões levantadas.

A compreensão e reflexão sobre este período de confecção e estruturação do tráfico na região da África Ocidental com a Bahia, entre os séculos XVII e XVIII, levou-nos aos debates dos usos das fontes sob o prisma de Verger e no seu impacto na historiografia. Tendo como cerne o lugar do trabalho do autor em meio aos lugares das narrativas historiográficas de África e do tráfico de escravizados, conseguimos fazer uma ligação dialógica. O fumo foi o elo entre os traficantes, os eventos históricos e as demandas criadas no mundo atlântico em questão.

Deslindar aquilo que sabíamos, a partir de Verger, sobre o comércio de tabaco, as medidas jurídicas dos reinos acerca deste fluxo, as diversas relações entre os europeus nas idas e vindas atlânticas da Bahia para a região da Costa da Mina nos levou a espelhar críticas e aprofundar pensamentos, dando margem aos apontamentos que se instauraram nas águas de entendimento do local de realização de uma escrita que se enlaçou à confecção de uma história diversa daquela contata pelo próprio Verger.

Queremos dizer, portanto, que revelou sem à luz duas seções a seguir que puderam se reverberar a partir do “Fluxo e Refluxo”: a narrativa que se construiu acerca das relações na Costa da Mina e que fizeram com que os portugueses realizassem uma fortificação em Ajudá; e a outra, de como Verger fabricou essa narrativa a partir de fontes primárias e as possíveis críticas a este exercício que foi realizado por ele (VERGER, 2002). A descrição da fonte se abraçou ao processo de seu questionamento. Buscar informações e a tentativa de desatar as formas com que se realizou o processo historiográfico se verteu para a Bahia de Todos os Santos e, por conseguinte, para a Costa da Mina.

De como os portugueses chegaram a Ajudá

A compreensão histórica acerca das razões que fizeram os portugueses chegarem a Ajudá fez parte de um processo que se iniciou desde os primórdios do século XVII. Sob a perspectiva de busca de locais para o comércio de escravizados, o tabaco foi um utensílio que sustentou boa parte das relações de troca na Costa da Mina devido a sua grande aceitação por parte dos africanos (VERGER, 2002, p. 39). A Bahia se manteve como o lugar de exportação desse produto que foi ganhando terreno entre as sociedades de África da região já citada. Isto foi decisivo para a proeminência dos comerciantes dessa região da América Portuguesa. Porém, os interesses e conflitos entre os europeus não foram raros, inclusive com os africanos, para a configuração que se deu na localidade da cidade de Ajudá.

Os portugueses tiveram contato inicial com a costa atlântica africana a partir do século XV. No entremear de seus avanços, ao longo do litoral, beirando as praias, as regiões foram entrando na cartografia que viria a ser a margem leste do Atlântico. Entretanto, segundo Verger, somente no século XVII que a região que ficou consagrada como “Costa a Sotavento da Mina” passou a ganhar grande interesse dos comerciantes portugueses e daqueles que se estabeleceram na Bahia (VERGER, 2002, p. 38). Era lá que iam buscar o abastecimento de escravizados para Salvador e todo o Recôncavo.

O interesse dos comerciantes que empreenderam o tráfico a partir da Bahia de Todos os Santos iniciou uma relação direta com a região da Costa da Mina por conta de diferentes medidas

que levaram à edificação de uma narrativa historiográfica que norteou o cenário de instalação das relações socioeconômicas em Ajudá. A primeira metade do século XVII nos trouxe uma sucessão de eventos que foram marcantes para o percurso que procuramos desvendar. Nas linhas de Verger, existem três hipóteses centrais que fizeram com que este movimento tenha ocorrido no bojo da utilização do tabaco como produto que intermediava as relações comerciais (VERGER, 2002, p. 38).

Em primeira instância, segundo o pesquisador francês, devemos considerar que era somente na região da Costa da Mina que os traficantes da Bahia encontravam um mercado para o fumo de rolo que não possuía penetração no reino de Portugal. Isto porque o fumo que era levado para a África se tratava de um produto considerado de terceira categoria, aquele chamado “de refugo” como aparece em diversas documentações. A procura cativa do tabaco que se colocava em rolo com maior quantidade de melado era uma possibilidade de compor uma rede que foi extremamente lucrativa.

Para Verger, a influência direta dos holandeses nas costas do Atlântico Sul foi determinante para diversas movimentações dos comerciantes que estiveram interessados no tráfico de escravizados na região da Costa da Mina a partir da segunda década do século XVII. Em conjunto com a aceitação do tabaco, como segunda hipótese, o estudioso apontou que a fundação da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais em 1621 se deu ao direito de vários monopólios. Um deles foi o de comércio entre a Europa e a Costa do Outro e a Costa da Mina de maneira direta, sendo somente possível de ser feito pelos holandeses da Companhia (VERGER, 2002, p. 40).

O cenário das relações comerciais atlânticas durante o século XVII se reestruturou profundamente com as invasões holandesas nos anos de 1620. Dentro da ideia em que Verger trouxe em conjunção com suas fontes, existiram outros fatos, além dos tratados e da documentação formal que explicavam o processo histórico. Em 1637, por exemplo, o forte de São Jorge da Mina foi tomado dos portugueses pelos holandeses. Ele foi um dos primeiros entrepostos comerciais para o tráfico de escravizados na região que virou o território do país Gana. Com isso, no bojo do cenário da União Ibérica, os intercâmbios se tornaram mais conflituosos entre as nações europeias, segundo a narrativa construída por Verger (VERGER, 2002, p. 52).

Entretanto, após a tomada do castelo de São Jorge da Mina os holandeses assinaram com os portugueses o Tratado de Haia de 1641. Nele, dentre várias medidas de impacto comercial, os holandeses deixavam livre o comércio de tabaco na região, único produto que poderia chegar à fortificação. Isso demonstrava que outros povos europeus sabiam da importância do fumo para as relações que eram desenvolvidas com os povos africanos. Além disso, eliminavam-se os

negociantes de Portugal e de outros lugares do Brasil que não detinham o cultivo do tabaco. Porém, essa medida direcionava os negociantes para buscar outras regiões na costa da África Ocidental, deixando o fluxo aberto à produção da Bahia.

Como terceiro ponto, podemos acrescentar à medida que foi realizada pelo rei de Portugal alguns anos depois do tratado assinado com os holandeses como movimento para a possibilidade de edificação de uma fortaleza para que o tabaco da Bahia fosse bem aproveitado na Costa da Mina. O monarca ordenava a proibição do comércio na Costa da Mina realizado pelos negociantes do Rio de Janeiro e de outras regiões não produtoras de tabaco. Assim, os traficantes baianos poderiam expandir suas conexões para outras regiões tornando o seu produto conhecido aos olhos de outras sociedades em África. Em 1644, um decreto real corroborava esta medida ressaltando que os navegadores do comércio poderiam ir diretamente da costa da Bahia de Todos os Santos para a Costa da Mina. Tinha-se o objetivo nessas viagens de se procurar escravizados e levá-los aos portos da América Portuguesa (VERGER, 2002, p. 52).

Interpretando as linhas deixadas por Verger, enxergávamos o domínio do castelo de São Jorge da Mina como um elemento que impulsionou os negociantes do tráfico a procurarem outros lugares para o “resgate dos negros” ao longo da costa da África Ocidental, utilizando-se, portanto, do fumo de rolo proveniente da Bahia. Foi evidente que as medidas enumeradas foram decisivas para que a construção do forte de Ajudá, em 1721, pudesse se dar; visto que os comerciantes procuravam novos locais para estabelecer o seu comércio à revelia da presença holandesa na Costa da Mina. Todavia, alguns elementos que foram sendo desenvolvidos pelos holandeses estavam no curso que envolvia o uso do tabaco como produto de troca no comércio de escravizados africanos. A fortaleza portuguesa de Ajudá veio no curso desta trajetória como estratégia de fortalecimento das relações comerciais entre africanos e mercadores da praça de Salvador.

De acordo com as fontes primárias que foram trabalhadas no capítulo 1 de “Fluxo e Refluxo”, outros negociantes tentaram copiar o fumo de refugo que era feito na Bahia. Porém, nenhum detinha a mesma abertura entre os africanos para consolidar uma troca sistemática. Para que outros europeus pudessem usufruir das relações socioeconômicas na região da Costa da Mina, outros artifícios foram utilizados. Os franceses tentaram em vão o uso do tabaco que era produzido nas Antilhas. Os holandeses, por exemplo, obrigaram que os navios do tráfico português deixassem dez por cento de sua carga de tabaco no castelo de São Jorge da Mina, logo após a sua dominação (VERGER, 2002, p.53).

Além disso, houve uma proibição de comércio dos negociantes que vinham da América Portuguesa e do reino de Portugal, como foi possível observar, ficando restritos a quatro portos conforme estabelecidos pelos holandeses: Popo, Ajudá, Jaquin e Apá. As restrições empurram a

Bahia para a região da Costa da Mina, mais especificamente a área da cidade de Ajudá e outras adjacentes. As correntes foram sendo utilizadas ao longo da costa no sentido do Rio Volta, gerando a criação de novos entrepostos. Isto fez com que ingleses e portugueses aportassem no litoral onde logo depois no século XVIII haveria a influência do Daomé, como foi o caso de Ajudá (VERGER, 2002, p. 78).

Neste trajeto, a Companhia Holandesa das Índias Ocidentais tentou reorganizar, assim, a dinâmica atlântica. Tivemos que lembrar que entre 1624 e 1625 a Cidade da Bahia, Salvador, ficou sob o jugo dos holandeses. O projeto era uma junção das duas costas atlânticas por uma influência que dominava o tráfico de escravizados e os produtos que o faziam acontecer de acordo com a demanda africana. Para a América Portuguesa os entrelaces conflituosos com os holandeses passaram a ser revistos a partir da Restauração do reino português em 1640. Este processo perdurou até 1668 quando a coroa de Castela reconhece a autonomia de Portugal.

Nesta cronologia, indicamos que a partir de D. João IV, a Coroa Portuguesa apresentou medidas reguladoras quanto ao comércio de tabaco. Os instrumentos jurídicos criados faziam com que o tráfico não cessasse. O abastecimento da região de Salvador e do Recôncavo era de grande importância para outras economias, além da consolidação de uma classe política e econômica que detinha interesses nos lucros com a região da Costa da Mina. Foi assim que através de uma portaria, o regente D. Pedro II, no ano de 1680, juridicamente, fundou a intenção de construção da fortaleza de São João Baptista em Ajudá³.

Verger e a historiografia contemporânea sobre o Atlântico

Devemos considerar o estudo de Verger como um elemento onde à crítica a fonte desempenhou uma propriedade narrativa que foi inserida no contexto de uma ruptura historiográfica (VERGER, 2002). A quebra esteve em apresentar as ligações realizadas através de um produto como o fumo de rolo em ligação direta entre a Costa da Mina e a Bahia a partir do século XVII. A transação atlântica veio assim inserida como um diálogo direto de relações entre a África e a cidade de Salvador. Isto fez com que, na década de 1960, o Atlântico pudesse ser repensado como um espaço “negro” pela primeira vez, utilizando aqui um termo de Paul Gilroy (GILROY, 2002). Mesmo que ainda não houvesse surgido esta alcunha em sua obra, Verger abriu um caminho de uma perspectiva historiográfica para a compreensão do Atlântico de forma a realizar uma conexão direta com as bordas da África.

Tratando de uma questão metodológica, refletir sobre o livro do pesquisador francês radicado na Bahia como um lugar de produção da História se colocou como um empreendimento

que seguiu uma linha interpretativa diversa ao que se conduzia para o entendimento do entreposto português de Ajudá como um mero elemento de trocas comerciais, somente edificado pelo interesse da Coroa Portuguesa. Acrescentamos que ele se firmou como um microcosmo social que se comunicava com a América Portuguesa e respaldava a frente, no século XIX, o movimento de constituição de uma sociedade de retornados ou agudás,⁴ trazendo mais complexidade à Costa da Mina.

Apesar dos estudos de Verger terem vindo à tona duas décadas antes dos pensamentos de Paul Gilroy, este autor se inseriu na linha do debate de concepção do espaço atlântico como lugar de reivindicação de África e suas diásporas em diversos segmentos. Ao evidenciar este termo, “Atlântico Negro”, Gilroy teve a intenção de nos demonstrar sobre a elaboração de um intercâmbio que fez parte do desenrolar atlântico entre os séculos XVI e XIX cujo cerne foi os africanos. A partir desse viés, as informações deixadas pelo trabalho de Verger ganharam uma leitura diversa, uma outra instrumentalização.

Na trilha desse ensinamento, o curso do rio desembocou em Luiz Felipe de Alencastro. Ao incorporamos a questão trazida por Gilroy no caldo atlântico, Alencastro, mais a frente, refinaria a ideia e cunharia a expressão “Oceano Etíope” que traz propriedades singulares para a clareza das dinâmicas no Atlântico Sul (ALENCASTRO, 2015). O espaço se tornou vivo e, em muitos casos, independente das questões comerciais europeias – mesmo que indiretamente – pois os interesses se pautavam por traficantes, negociantes e elites africanas de forma mais direta com as Américas.

Alencastro, na esteira de Verger, corroborou um espaço atlântico vivo. Esta vivacidade se realizou, sobretudo, por conta e com objetivos amalgamados ao tráfico de escravizados (ALENCASTRO, 2015). Aqui esteve, portanto, a ruptura que “Fluxo e Refluxo” tinha em seu tempo e que ressoou na historiografia contemporânea. Na década de 1960, as teorias historiográficas sobre o comércio triangular eram a forma mais *en voga* de interpretação do contexto histórico que tivemos em nosso colo. Ao trazer, com propriedade empírica, as dimensões que revelavam uma troca intensa entre as duas margens do Atlântico, Verger descentralizou as intenções das metrópoles nas relações comerciais, rasgando o espaço historiográfico do rígido comércio triangular, e pontuando ao longe a agência africana nas relações comerciais, a partir da demanda do tabaco da Bahia.

A cartografia atlântica do tráfico levou com que às dinâmicas comerciais se estruturassem de acordo com políticas de abastecimento e produção das Américas. Contudo, percebemos a partir da narrativa de Verger que as sociedades africanas possuíam interesses nos produtos que

³ Esse documento pode ser encontrado em TAVARES, 1999, pp. 24-25: Alvará Régio de D. Pedro II de 06/05/1680.

eram capazes de chegar aos seus portos (VERGER, 2002). Essa percepção ocorreu de forma muito pontual no estudo, mas ainda sim foi um dado relevante para a historiografia em sua época. Aliado ao fato de os europeus não terem adentrado o continente até o século XIX, tivemos conjuntamente um mercado que se estabeleceu em busca de artefatos que faziam garantias sociais, políticas e culturais entre as sociedades africanas. Porém, veremos que esta percepção parava por aqui.

No capítulo 4 do Volume VI da Coleção História Geral da África, Joseph Inikori nos apresentou aquilo que considerou como a “ordem econômica do Atlântico”. A realização dessa “ordem” se deveu à interação das duas margens do oceano. Quer dizer que os africanos se colocaram enquanto sujeitos que realizaram pedidos a serem atendidos pelos traficantes de escravizados em certa medida. Em outra dimensão, apesar da escravidão ser um elemento comum em diversas sociedades em África, a exploração e uso das formas africanas de escravização ganharam proporções gigantescas quando pensadas para o mundo atlântico no cerne da exploração europeia (INIKORI, 2010). A partir daqui a necessidade de uma crítica ao texto de Verger eclodiu como onda que quebrava na praia.

Analisando Pierre Verger

Discorrer sobre as fontes utilizadas por Pierrer Verger no momento em que se demonstrou a importância do tabaco e dos fatores históricos para o comércio de escravizados na região da Costa da Mina e para a construção da fortaleza em Ajudá apontou para um caminho a ser discutido. A historiografia deste tema se consolidou como um processo empírico de investigação, sobretudo, quando a derivação da narrativa histórica estava pautada sob a égide de uma disputa com o estruturalismo na Academia francesa. Foi nesse bojo que o trabalho de Verger foi publicado.

Ao trazer as informações que estavam contidas nos instrumentos jurídicos, nos tratados e nas correspondências entre os europeus; visualizamos a atuação de interdição que os holandeses impuseram para que os portugueses fossem em busca de outras regiões, desdobrando-se na Costa da Mina (VERGER, 2002). Essa impossibilidade do tráfico na região durante boa parte do século XVII gerou uma demanda por novos estabelecimentos pórticos que aceitassem o fumo da Bahia como elemento central de troca por cativos. Essa conjuntura foi encontrada logo em seguida como vimos.

⁴ Podemos destacar aqui alguns estudos referentes ao “refluxo” de africanos justamente para a região de Ajudá, como: CASTILLO, 2017; GURAN, 2000; SOUZA, 2008; PARÉS, 2017.

Os rastros documentais trabalhados por Verger para que compreendêssemos as possibilidades e os impactos gerados no tráfico de escravizados na região da Costa da Mina foram, em larga medida, registrados em documentos escritos (VERGER, 2002). No primeiro capítulo de “Fluxo e Refluxo”, muitas fontes foram provenientes do Arquivo Histórico Ultramarino, situado em Lisboa; e em sua grande maioria, outras, localizadas no Arquivo Público do Estado da Bahia. Evidentemente, as evidências e os trechos extraídos das fontes primárias foram uma forma de confecção que detinha em si o tempo de se fazer História legítima e válida na época em que Verger escreveu.

Tomemos como exemplo a citação referente ao documento do Conde da Ponte, Luiz Joaquim dos Santos Marrocos e do cônsul britânico Charles Stuart que fizeram parte do conjunto de indivíduos que se encaixaram nas letras do capítulo de Verger e que serviram para afiar um discurso sobre as hipóteses supracitadas (VERGER, 2002, p. 37-72). Em muitos casos demonstrou-se a partir da documentação o interesse dos negociantes da Bahia com a Costa da Mina. O desdobramento do intercâmbio realizado pelo tabaco tem aquilo que na documentação ficou consagrado como “resgate” dos negros na costa africana, sendo de interesse posterior a construção da fortaleza de Ajudá, pois o “negócio de gente” se mostrava muito lucrativo (VERGER, 2002, p. 48).

Os diversos discursos que foram colocados aos olhos do leitor nos transmitiram uma linha de pensamento que Verger utilizou para a fabricação do cenário de intervenção e proeminência da Bahia como um espaço de vitalidade para o comércio dos escravizados. Entendemos desde o início, portanto, que o tráfico possuía caminhos paralelos que se cruzaram, isto é, havia um “fluxo e um refluxo”; para utilizarmos os termos do autor. Entretanto, os discursos foram voltados às correspondências e interesses dos comerciantes, do reino português e de membros das elites na América Portuguesa.

Puxando pela memória a nomenclatura legada por Luiz Felipe de Alencastro, o “Oceano Etíope” se constituiu por uma marca que se tornaria incontornável: a escravização dos negros africanos (ALENCASTRO, 2015). Nesse sentido, houve nas fontes de Verger uma forma de entender a chegada das dinâmicas comerciais, até se chegar a Ajudá, a partir do discurso europeu e da colônia na América. Nas entrelinhas propusemos as seguintes perguntas: seria possível a realização de uma história que pudesse partir do olhar africano? Os lugares históricos de compreensão da dinâmica atlântica foram desenvolvidos na costa de África ao invés de serem impulsionadas igualmente por elas?

Além disso, através da observação que traçamos, podemos destacar que a documentação e a escrita de Verger a partir de suas reproduções não inseriram os “traficantes” como um termo no discurso. Eles foram tratados como “negociantes” ou “comerciantes”, porventura,

“mercadores” (VERGER, 2002, pp. 37-72). Na documentação em que os vice-reis e os governadores enviavam para Portugal foi igualmente nula a presença desta palavra naquilo que tangia aos assuntos da Costa da Mina (VERGER, 2002). A necessidade de sublinharmos uma corrente que foi dissonante nessas águas nos levou a refletir acerca de uma construção da História que possui as preocupações que trouxemos aqui a partir de nossa perspectiva teórica, sublinhando o “Oceano Etíope” (ALENCASTRO, 2015) ou o “Atlântico Negro” (GILROY, 2002). Parece que o autor de “Fluxo e Refluxo” adotou fielmente os termos das documentações.

Historiograficamente, a importância da pesquisa de Verger esteve na quebra da noção de um comércio triangular rígido entre África, Américas e Europa; como já foi apontado. A noção clássica de mercantilismo e das funções que o atlântico desempenhava comercialmente levaram outros autores a solidificar esta visão. Entretanto, o tráfico de escravizados foi reelaborado de acordo com as demandas que havia nas Américas, principalmente na porção de colonização portuguesa; mas igualmente em coadunação com as dinâmicas africanas que o próprio Verger considerou em alguns pontos, inclusive na hipótese que disse acerca da aceitação do fumo de rolo nas sociedades do litoral africano. Porém, se limitou a tal fato.

A ideia do comércio triangular estanque e muito engessado não dava conta do Atlântico Sul enquanto espaço socioeconômico. Em todo caso, Verger ainda deixou rastros de preocupações em que a África se apresentava de forma muito pontual e as atividades dos africanos apareciam como demandas ou trocas de forma muito superficial como ficou evidente no lastro da documentação que ele mesmo utilizou (VERGER, 2002, p. 33-72).

O lugar dos africanos ou ao modo de considerações finais

A chegada dos escravizados africanos da Costa da Mina à Bahia de Todos os Santos se deu a partir dos estabelecimentos da rede de comércio em que os traficantes eram os personagens a altura das negociações. No século XVIII o processo de intercâmbio do fumo de rolo em troca de escravizados se consolidou de fato e diversos Estados europeus começaram a se fixar, em fortalezas no litoral, endossando o tráfico atlântico.

Todo processo comercialmente dinâmico passou pela utilização do tabaco proveniente dos portos de Salvador como um elemento crucial que determinava, inclusive, a proveniência dos escravizados africanos. Ressaltou-se em diversas fontes primárias recolhidas por Pierre Verger este uso e a dinâmica dos lugares que o fumo de refugo ocupou no tráfico atlântico de escravizados (VERGER, 2002). Em “Fluxo e Refluxo”, a construção de uma rede entre as elites africanas, ou seja, aqueles que detinham prestígio político para fazer a demanda do produto, com

a margem da América Portuguesa, parecem não ter sido desenvolvida. Talvez seja porque isto aparece muito pouco na documentação recolhida por Verger.

Contudo, a pergunta que se solidificou foi a seguinte: não haveria a possibilidade de outro caminho de questionamento das fontes? Muitas ideias passaram ao largo da narrativa do autor que pretendeu consolidar um conjunto factual da história do tráfico juntamente com fontes primárias que considerou importantes na fabricação de uma noção de dinâmica comercial para o Atlântico Sul. Entretanto, existem outras questões que podemos extrair a partir das considerações do próprio autor e de como o mesmo costurou a sua obra.

Quando pensávamos na documentação que corroborou o uso do tabaco como meio de troca ao longo dos séculos XVII e XVIII na Costa da Mina, vimos como contraponto uma ausência de questões sobre a margem africana. Isto é, em adversidade, sob o prisma de Luiz Felipe de Alencastro, o “Oceano Etíope” se realizou enquanto lugar econômico por parte de uma camada também muito importante das sociedades africanas (ALENCASTRO, 2015). Apontar um consumo do fumo de rolo não fez explicar por qual motivo esse produto era importante ou porque aquilo os interessava e como eles o usavam.

A centralidade europeia não foi desviante apesar da ruptura que Verger proporcionou dentro de seu texto sobre o comércio atlântico. Inicialmente, pensando na perspectiva africana, poderíamos discorrer sobre a forma como as sociedades da Costa da Mina se organizaram para o controle do tráfico de escravizados e o que eles fizeram para empreender relações com os europeus que chegavam à costa. No desembrulhar das possibilidades, precisaríamos considerar como era importante para os grupos africanos alguns códigos sociais, culturais e políticos para termos a vista o uso do fumo da Bahia na região nos séculos XVII e XVIII.

Porém, não houve como desconsiderar que a utilização do produto tenha sido somente por conta de uma vontade europeia de dar vazão ao que se poderia aproveitar nas exportações da região do Recôncavo baiano. As sociedades africanas no seio das trocas atlânticas forneceram, dessa forma, um pedido que deveria ser encaixado nos tratos comerciais dos negociantes que partiam para realizar o tráfico de escravizados. As fontes primárias que Verger utilizou não falaram da visão de África acerca das negociações, mas evidenciam um silêncio que estávamos a descortinar nessa intenção (VERGER, 2002).

Além da organização sociopolítica para a chegada do fumo da Bahia como moeda de troca para o comércio de gente, deve-se considerar o levantamento da importância que os grupos africanos tinham no momento de realização e de decisão frente aos povos europeus que tinham como intuito se aproveitar das diferenças políticas e das guerras desenvolvidas entre os africanos. Isto pôde ter sido decisivo nos empreendimentos e deslocamentos dos europeus no que tange a

chegar à Ajudá, por exemplo. Nesse apontamento foi um exercício enxergar as atividades africanas como fatores decisivos para as instaurações dos europeus na costa.

A explicação das relações comerciais que passaram a se consolidar de maneira sistemática no século XVII pelos traficantes que faziam praça na Cidade da Bahia possui, segundo a narrativa de Verger (VERGER, 2002, p. 78), uma demanda por determinado produto como vimos. Entretanto, em meio a essa noção, os chefes locais africanos tiveram grande papel no que diz respeito às trocas mercantis e, inclusive ao processo de construção da fortaleza de São João Baptista em Ajudá em 1721 (TAVARES, 1999, p. 27).

No que tange a essa questão, o pesquisador francês nos deixou a par das relações com os povos da Costa da Mina de forma muito pontual em outro texto (VERGER, 1963, p. 357). Ele comprovava que sabia que poderia haver outras formas de compreender a história, mas as fontes poderiam ser limitantes no que dizia respeito ao olhar africano. Destacamos o seguinte trecho em que foi possível entrever a aparição de uma elite política de Ajudá, em sua narrativa, e de como havia a possibilidade de um gerenciamento às demandas que partiam da América Portuguesa por parte dos chefes locais:

(...) A partir de 1698, a descoberta das importantes minas de metais preciosos no Estado da Bahia e também em Minas Gerais, provocam uma necessidade mais incisiva de mão de obra. Neste mesmo ano, D. João de Alencastro, governador da Bahia, e o governador da ilha de São Tomé são consultados por Lisboa, para saberem se era bom de aceitar a oferta feita pelo rei de Ajudá (Uidá) de deixar construir pelos portugueses uma fortaleza sobre suas terras. A primeira resposta indica que os negociantes da Bahia estavam dispostos a fazer o necessário e a fundar uma Companhia Privilegiada Geral da Costa da Mina, encarregada da construção e manutenção do forte. (VERGER, 1964, p. 357).

Fica evidente nesse trecho que os africanos possuíam interesse no tabaco da Bahia por ofertas realizadas por uma elite política em Ajudá que também interferia nas instaurações dos europeus na região. Nesse caso, podemos compreender o “fluxo e refluxo” como um lugar de permanente confecção de uma ordem atlântica que geriu todas as sociedades que estavam inseridas no ir e vir no oceano. Apesar disto, esse foi o único trecho em que Verger ressaltou a agência africana nas considerações acerca das relações comerciais até a construção da fortaleza. As vontades do “rei” de Ajudá chegaram a Lisboa. Foi conhecido por outros relatos que as elites em África faziam com os europeus desde que esses povos passaram a se relacionar de forma mais direta. Outro caso mais emblemático foi quando a liderança política do Daomé, no século XVIII, passou a fazer parte das redes de comércio do atlântico, empreendendo relações com os comerciantes (TAVARES, 1999).

Ainda assim, não conseguimos enxergar de que forma os africanos se organizaram para o trato com os europeus, pelo menos na parte analisada do texto do autor, e quais as ações

africanas fizeram com que muitos negociantes se estabelecessem, denotando interesses que chegam a abraçar o século XIX. Sabemos acerca da demanda do tabaco, entretanto como demonstrado acima existiam ofertas, imposições e negociações realizadas pelos africanos na região que foram salientadas por Verger em outro texto. Um trabalho mais minucioso dependia de percebermos, mesmo nas fontes apresentadas, um arcabouço que poderia desenhar as ações africanas.

Nos lugares atlânticos que se desenvolveram tendo como centralidade o tráfico de escravizados, o “fluxo e refluxo” foram repensados a partir de perspectivas que consideraram as duas margens do oceano como lugares sociais de influência para a ordem econômica que se instaurou. O grande impacto causado pelo interesse dos europeus abriu um grande terreno de exploração, violência e usufruto das relações de poder africanas sem precedentes na história atlântica.

Entretanto, conhecer as ações africanas pode fazer compreender dinâmicas sociais importantes para a construção de outras narrativas históricas que influenciaram igualmente os deslocamentos pelo atlântico. Já foram realizados estudos que indicam que não havia uma centralidade política em torno de um governante em Ajudá no momento de construção da fortaleza de São João Baptista (SOUMONNI, 2001). Acometeu-se um desvio por parte de Verger nesse sentido. Olhar o lado africano da questão é fruto de uma nova investida aos mares da África Ocidental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALENCASTRO, Luis Felipe de. Introduction: The Ethiopic Ocean – History and Historiography, 1600-1975. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **The South Atlantic: Past and Present.** Dartmouth, Mass.: Tagus Press, 2015, pp. 1-79.

bell hooks. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade.** São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

CASTILLO, Lisa. Em Busca dos Agudás da Bahia: Trajetórias Individuais e Mudanças Demográficas no Século XIX. **Afro-Ásia**, n. 55, 2017, Salvador.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Negros, estrangeiros: os escravos brasileiros e sua volta à África.** São Paulo: Brasiliense, 1985.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas.** Salvador: EDUFBA, 2008.

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro.** Modernidade e dupla consciência. São Paulo, Rio de Janeiro, 34/Universidade Cândido Mendes – Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2002.

- GURAN, Milton. **Agudás**. Os “Brasileiros” do Benin. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- INIKORI, J. E. A África na história do mundo: o tráfico de escravos a partir da África e a emergência de uma ordem econômica no Atlântico. In: OGOT, B. A. (ed.) **História Geral da África – Volume VI**. 2ª ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010.
- LAW, Robin. A comunidade brasileira de Uidá e os últimos anos do tráfico atlântico de escravos, 1850-66. **Afro-Ásia**, n. 27, p. 41-77, 2002.
- LAW, Robin. **Ouidah**: The social history of a West African slaving “port”, 1727-1892. Athens: Ohio University Press, 2004.
- LOVEJOY, Paul. **Escravidão na África**: uma história de suas transformações. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- MACAMO, Elísio. A constituição de uma sociologia das sociedades africanas. **Estudos Moçambicanos**, 19: 5-26, 2002.
- MBEMBE, Achille. As formas africanas de auto-inscrição. **Estudos Afro-Asiáticos**, ano 23, nº 1, 2001, 171-209.
- MBEMBE, Achille. **Crítica à razão negra**. Lisboa: Antígona, 2014.
- MUDIMBE, Valentin Y. **The invention of Africa**: gnosis, philosophy and the order of knowledge. Bloomington: Indiana University Press, 1988.
- PARÉS, Luís Nicolau. Catolicismo em disputa: a comunidade agudá e a geopolítica colonial (Uidá 1844-1866). **Topoi**. Vol.18, no. 36, Rio de Janeiro, Sept./Dec. 2017.
- RATTS, Alex. **Eu sou Atlântica**: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Instituto Kuanza, 2007.
- SIMAS, Luiz Antonio. **O corpo encantado das ruas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.
- SOUMONNI, Elisée. **Daomé e o Mundo Atlântico**. Rio de Janeiro: CEAA/UCAM, 2001.
- SOUZA, Monica Lima e. **Entre Margens – os retornos à África de libertos no Brasil 1830-1870**. Tese (Doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2008.
- TAVARES, António José Crystêllo. **Marcos Fundamentais da Presença Portuguesa no Daomé**. Lisboa: Universitária Editora, 1999.
- THORNTON, John. **A África e os Africanos na Formação do Mundo Atlântico 1400-1800**. São Paulo: Campus. 2004.
- VERGER, Pierre. As três razões determinantes das relações da Costa a Sotavento da Mina com a Bahia de Todos os Santos. In: VERGER, Pierre. **Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo de Benin e a Bahia de Todos os Santos (dos séculos XVII a XIX)**. 4ª edição. Salvador: Ed. Corrupio, 2002 [1987].

VERGER, Pierre. **Os libertos**: sete caminhos na liberdade de escravos da Bahia no século XIX. Salvador: Corrupio, 1992.

VERGER, Pierre. Rôle joué par le tabac de Bahia dans la traite dès esclaves au Golfe du Bénin. In: **Cahiers d'études Africaines**, vol. 4, n° 15, 1964, pp. 349-369.

YAI, Olabiyi Babalola. The Identity, Contributions and Ideology of the Aguda (Afro-Brazilians) of the Gulf of Benin: A Reinterpretation. In: MANN, Kristin; BAY, Edna (Orgs.). **Rethinking the African Diaspora: The Making of a Black Atlantic World in the Bight of Benin and Brazil**. Londres: Frank Cass, 2001, p. 72-82.

Recebido em: 06/05/2021

Aprovado em: 18/10/2021